

que o lanço em causa funcionará, ainda, como circular sul a Felgueiras. Considerando que o projecto da referida obra de construção foi sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental em fase de estudo prévio, tendo sido emitida uma DIA favorável condicionada. Considerando que o relatório de conformidade ambiental com o projecto de execução (RECAPE) mereceu parecer favorável. Considerando que todo o procedimento de AIA obteve os respectivos pareceres favoráveis. Considerando, nestes termos, tratar-se de um projecto rodoviário de reconhecido interesse local e regional, uma vez que assume um importante papel no dinamismo económico da região do Vale do Sousa e do concelho de Felgueiras, quer quanto ao reordenamento e melhoria das condições de circulação quer, ainda, quanto à reorganização urbana das localidades atravessadas ou que beneficiarão dos novos acessos e da retirada de trânsito de passagem do seu interior. Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Assim, e considerando-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional e desde que cumpridas as seguintes condicionantes:

Cumprimento das medidas impostas pelo RECAPE;

Licenciamento, junto da Administração Regional Hidrográfica, das acções a realizar em domínio hídrico, as quais se deverão igualmente submeter às medidas de minimização inerentes.

Determina-se, no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do disposto no despacho n.º 16162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, n.º 141, 2.ª série, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a última redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de Setembro, que seja reconhecido o interesse público da construção da Variante à EN 207: Nó do IP9 (Longra), no concelho de Felgueiras.

1 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 4775/2008

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2008 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em substituição do Presidente, ao abrigo do despacho n.º 23937/2007, foi António Manuel Baptista da Cruz, Consultor Jurídico de 2ª Classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, nomeado, precedendo concurso, na categoria de Consultor Jurídico de 1ª Classe do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

7 de Fevereiro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Despacho n.º 4776/2008

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2008 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em substituição do Presidente, ao abrigo do despacho n.º 23937/2007, foi Luís Filipe Jorge Ferreira, Técnico Profissional de 2ª Classe, área de Hidrometria, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, nomeado, precedendo concurso, na categoria de Técnico Profissional de 1ª Classe, área de Hidrometria, do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

7 de Fevereiro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 4777/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 227, 2.ª série, de 26 de Novembro; no jornal *Diário de Notícias*, do dia 28 de Novembro

e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 29 de Novembro, com o código de oferta n.º OE200711/0483, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, da CCDRLVT, previsto, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio e dos pontos n.ºs 1, 2.2, alínea a) e 3.2.1, todos, do anexo constante do Despacho n.º 12 166/2007, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, licenciada Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga por ser esta a que melhor reúne as condições para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir elevadas condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções, nomeadamente, na promoção da elaboração dos Planos Regionais do Ordenamento do Território, bem como na sua implementação, monitorização e avaliação e no acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos Planos Sectoriais, dos Planos Especiais e dos Planos Directores Municipais; elaboração de estudos, pareceres e acções no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, sendo, ainda, detentora de experiência no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover.

3 — Atento aos fundamentos supra citados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento;

4 — Nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 dos citados artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Ordenamento do Território, da CCDRLVT.

28 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga

Curriculum académico:

Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Curriculum profissional:

De 01 de Maio de 2007, até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 11 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 01 do mesmo mês e ano;

De Março de 2006 a 30 de Abril de 2007, exerceu funções no cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território da Direcção de Serviços de Gestão Territorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Entre 2002 e 2006, exerceu funções como técnica superior na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — Divisão de Ordenamento do Território participando no acompanhamento da revisão ou alteração de PDM, presidindo ou representando a CCDRLVT nas respectivas CMC; acompanhando a elaboração de PU; colaborando na redelimitação da Reserva Ecológica Nacional no âmbito de IGT e emitindo pareceres diversos de apoio à decisão em matéria das competências da CCDR em termos de ordenamento do território e da reserva ecológica Nacional. Colaborou ainda na elaboração do Manual de procedimentos da CCDRLVT e na conceptualização de aplicações informáticas de apoio à gestão de processos;

Entre 2001 e 2002, exerceu funções de consultoria em Sistemas de Informação Geográfica na empresa SEED — Projectos de Engenharia e arquitectura, sediada em Moçambique, tendo sido responsável pela conceptualização e operacionalização do SIG de apoio às actividades da empresa;

Entre 2000 e 2002, esteve requisitada no Ministério dos Negócios Estrangeiros para exercer funções como técnica superior no Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique, no âmbito das actividades de cooperação técnica portuguesa, tendo participado na elaboração de vários planos de ordenamento de cidades e na concep-

ção das Bases do Programa Nacional de Ordenamento Territorial de Moçambique e da Proposta Técnica Preliminar da lei de Planeamento e Ordenamento Territorial de Moçambique. Foi ainda responsável pela conceptualização do Sistema de Informação para a Gestão Ambiental, Planeamento e Ordenamento do Território do ministério;

Entre 1994 e 2000, ingressou no quadro da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde exerceu funções como técnica superior, tendo participado na conceptualização e operacionalização de sistemas de informação geográfica no âmbito de projectos diversos, nomeadamente do SNIG, do SIG, de apoio à gestão dos processos de transformação do uso do solo, do PROTAML e do Observatório Económico e Social das Novas Travessias do Tejo em Lisboa — Ponte Vasco da Gama. Elaborou ainda o documento Caracterização Física e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1993 e 1994, exerceu funções como técnica superior no Gabinete do Plano Director da Câmara Municipal do Funchal, tendo participado na elaboração do respectivo PDM;

Entre 1990 e 1992, exerceu funções como técnica superior no Instituto Nacional de Planeamento Físico de Moçambique, no âmbito das actividades de cooperação técnica do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal com Moçambique, tendo participado na elaboração de vários planos de ordenamento de cidades, bem como na elaboração de documentos de apoio à recolha e gestão de informação territorial.

Formação profissional:

Participou em diversos seminários, congressos, sessões técnicas, acções de formação e cursos nas áreas de sistemas de informação geográfica e ordenamento do território.

Despacho n.º 4778/2008

Considerando que, na sequência do procedimento concursal publicitado, em 16-11-2007, na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta número OE200711/0321, com o qual se pretendia prover o cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão, da Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental da CCDRLVT, previsto nos pontos n.ºs 1, 2.3, alínea a) e 3.3.1, todos, do anexo constante do Despacho n.º 12 166/2007, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho, não resultou qualquer nomeação;

Atento a que, importa assegurar a regular prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Considerando que, a Eng.ª Ana Rita da Câmara de Quental Medeiros Pereira, assessora principal do quadro de pessoal do Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão, da Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental, da CCDRLVT, a Eng.ª Ana Rita da Câmara de Quental Medeiros Pereira e, autorizo a opção pelo vencimento base correspondente à sua categoria de origem, nos termos conjugados dos artigos 20.º e 27.º, e n.º 3 do artigo 31.º, todos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 01 de Fevereiro de 2008.

28 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Ana Rita da Câmara de Quental Medeiros Pereira

Curriculum académico:

Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Curriculum profissional:

De 16 de Julho de 2007, até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Directora de Serviços de Ambiente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 13 de Julho de 2007;

Entre Janeiro de 2006 e 15 de Julho de 2007, assessora principal do quadro do IROA, S. A., — Região Autónoma dos Açores;

Entre Setembro de 1993 e Dezembro de 2005, exerceu funções no cargo de chefe de divisão da Divisão de Apoio à Gestão e de membro do Conselho Administrativo do Instituto Regional de Ordenamento Agrário — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas dos Açores;

Entre Janeiro de 1991 e Setembro de 1993, exerceu funções como técnica superior na Delegação de Ambiente de S. Miguel — Secretaria Regional do Turismo e Ambiente dos Açores;

Entre Março de 1989 e Dezembro de 1990, exerceu funções de técnica superior na Delegação de Ambiente da Terceira — Secretaria Regional do Turismo e Ambiente dos Açores;

Entre Dezembro de 1987 e Março de 1989, exerceu, como tarefeira, funções de técnica superior na Direcção de Serviços de Habitação, Urbanismo e Ambiente de Angra do Heroísmo — Secretaria Regional do Equipamento Social dos Açores.

Formação profissional:

Participou em diversos seminários, congressos e acções de formação nas áreas de ambiente e ordenamento do território, de gestão de serviços públicos, de gestão orçamental pública, dos regimes jurídicos de despesas com empreitadas e aquisição de bens e serviços.

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Aviso n.º 4779/2008

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz -se público que, por despacho da Directora-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais de 23 de Janeiro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de assessor, da carreira de técnico superior, nos termos do Decreto-Lei n.º 404 -A/98, de 18 de Dezembro e subseqüentes alterações.

2 — Em cumprimento do artigo 41.º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizado o procedimento prévio de recrutamento para a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, previsto no artigo 34.º do mesmo diploma, dando origem à oferta com o código P20070485, à qual a GERAP apresentou 3 candidaturas oficiosas das quais, após a aplicação dos procedimentos de selecção, nenhuma foi aprovada pelo júri previamente nomeado.

3 — O presente concurso é válido apenas para o preenchimento do lugar mencionado.

4 — Área funcional: “Economia e Prospectiva Tecnológica”

5 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

6 — Local, remuneração e condições de trabalho — o local de trabalho situa-se na Avenida D. Carlos I, 126, 1249-073 Lisboa, onde funciona o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. A remuneração e demais regalias sociais são as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais e especiais de admissão: — podem ser opositores ao concurso os funcionários que:

Preencham os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas, previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas sejam técnicos superiores principais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 24.º da lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

7.2 — Outros requisitos: constituem factores de preferência:

Licenciatura em Economia e Mestrado em área relevante;

Experiência profissional relevante na aplicação de métodos e técnicas de análise macro e meso-económica, na análise económica das tendências mundiais e europeias das tecnologias energéticas.

Formação especializada na área da economia industrial e da inovação e metodologias e aplicações de prospectiva e cenarização às dinâmicas territoriais e internacionais.